

Projeto de Lei Ordinária 32/2016 de 17/02/2016

AUTOR:

Deputado **Cabo Maciel**

ASSUNTO:

Obrigação, obrigatoriedade

EMENTA:

DISPÕE sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamento para eliminar ar na tubulação do sistema de abastecimento de água no Estado do Amazonas, e dá outras providências.

Art. 1.  Fica instit ida a obrigatoriedade das empresas concessionárias dos serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgoto, que atuam em todo o Estado do Amazonas, instalarem dispositivo para eliminar o ar da tubulação do sistema de abastecimento de água, antes dos hidrômetros de cada imóvel consumidor.

 1.é O cumprimento do que dispõe o caput deste artigo fica condicionado ao protocolo da solicitação expressa feita pelo consumidor, em uma  g ncia de atendimento da concessionária.

 2.é A solicitação também poderá ser efetuada pela internet, caso em que servirá como protocolo, para fins de contagem de prazo, a data da mensagem, constante no recibo de envio que deverá estar disponível para o consumidor.

 3.é O consumidor deverá ser atendido no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da data de protocolo da solicitação.

Art. 2.  O dispositivo de que trata o artigo 1.  deverá estar de acordo com as especificações estabelecidas pelo Inmetro.

Art. 3.  As despesas decorrentes da implantação do dispositivo a que se refere o artigo 1.é desta Lei, ficarão sob a responsabilidade do consumidor.

Art. 4.  O descumprimento do prazo para atendimento do consumidor, acarretará multa diária, a ser imposta   concessionária, no montante de 10%

(dez por cento) por dia, do valor total cobrado na conta referente ao consumo do mês imediatamente anterior à solicitação.

Parágrafo único. A multa será paga através de crédito na conta imediatamente posterior à solicitação, podendo ser expandida pelas próximas contas até que se alcance o montante total da multa.

Art. 5.º A aplicação da multa a que se refere o artigo 3.º desta Lei, não impede a aplicação de outras sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor ou em qualquer outra legislação em vigor sobre a matéria.

Art. 6.º As empresas concessionárias deverão promover a divulgação do que dispõe a presente Lei, pelo prazo de 01 (um) ano, contado a partir da sua vigência.

Art. 7.º O Poder Executivo regulamentará a fiscalização desta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

